

1. Introdução

No final dos anos 70, quando realizava uma pesquisa de campo, um agricultor entrevistado fez a seguinte observação: “anota ai: aqui no interior tem muita potencia adormecida, falta despertar. Precisa ter mais estudo aqui”. Naquela época, na região pesquisada, a grande maioria das escolas funcionava em classes multisseriadas e a oferta escolar era da 1ª a 4ª série do antigo primário. A pesquisa demonstrou que até esse nível o índice de assiduidade escolar era alto (entre 90 e 100%), porém, os pais e professores informaram que, após o término das primeiras séries, a maior parte das crianças deixava de estudar, sobretudo pela oferta escolar limitada no entorno. A inexistência de transporte público para uma escola com maior infraestrutura era outro obstáculo à continuidade dos estudos.

Com essa breve síntese de uma realidade não é difícil entender o sentido das palavras daquele agricultor entrevistado, inconformado com o descaso do poder público quanto a um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à educação. Não se tratava, no entanto, de uma realidade unicamente local. Szmrecsányi e Queda (1979, p.226), em publicação dos anos 1970, observavam que mais de 45% da população brasileira vivia no campo e sofria grande defasagem quando comparada com a população urbana: entre os jovens de 14 anos ou mais a proporção de não alfabetizados era de 42% nas zonas rurais contra 16% nas áreas urbanas e no que se referia à faixa de idade que ia dos 06 aos 13 anos, a proporção era de 55% contra 27% respectivamente.

Algumas décadas mais tarde, a relação entre a população rural e urbana foi alterada de modo significativo (hoje, menos de 20% da população brasileira reside no meio rural), conforme tendência também de outros países. Apesar das variações existentes, verifica-se um fenômeno global representado pelo crescimento da população urbana em relação à rural: enquanto 53% viviam nas cidades em 2010, as estimativas para 2050 são de 75%. (GAUTHIER; LUGINBÜHL, 2012, p.36). No Brasil, “a proporção de pessoas residindo na zona rural declinou de 32%, em 1980, para 17% em 2004, ou seja, uma redução de quase 50% no último quarto de século” (INEP, 2007, p.11).

O meio rural brasileiro sofreu profundas mudanças, em grande parte decorrentes das políticas de modernização capitalista da agricultura que privilegiaram os grandes e médios produtores rurais, em detrimento da pequena propriedade. Dados do IBGE sinalizam a intensificação do movimento migratório do campo para a cidade, redução da natalidade e envelhecimento da população. A família igualmente vem passando por transformações, tanto no que diz respeito aos valores entre gerações quanto à perda de autonomia do agricultor diante da dependência ao capital financeiro e à agroindústria, enfrentando ainda incertezas quanto à sucessão da propriedade e ao futuro dos filhos.

No plano educacional, a escola com classes multisseriadas, embora ainda numericamente importante ¹, sofreu redução e muitos estudantes, com a política de nucleação das escolas rurais e o subsídio ao transporte escolar, passaram a se deslocar das áreas rurais para as áreas urbanas a fim de continuar os estudos.

Apesar das políticas adotadas, as pesquisas continuam reafirmando a permanência das desigualdades educacionais e distorções entre campo e cidade, em todas as regiões do país, tanto em relação ao acesso à educação e à qualidade do ensino, quanto no que se refere à infraestrutura dos estabelecimentos, à formação docente, ao grau de analfabetismo e às distorções entre idade e série (INEP, 2007). Se já é possível falar da quase universalização do ensino fundamental, quer no campo quer na cidade, é na faixa etária adequada ao ensino médio que se encontram, em todas as regiões do país, as maiores distorções entre escolarizados e não escolarizados. Os dados da Pnad 2004 “mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (4 anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana (7,3)”. (INEP, 2007, p.14)

Com base nas estatísticas educacionais e nos resultados de pesquisas empíricas é possível afirmar que o prolongamento da escolarização para além do ensino fundamental é recente entre os filhos de agricultores. Existem poucas informações sobre os jovens do meio rural que tem acesso ao ensino superior, seus projetos, condição de escolarização e suas perspectivas profissionais, justamente por uma tendência, na pesquisa educacional, de visar, sobretudo, a condição urbana, tanto em relação à infância quanto à juventude. Nesse sentido, a presente proposta de comunicação tem por objetivo contribuir com a produção no campo educacional, voltada para uma realidade

¹ Segundo dados do Censo Escolar de 2011, 45.716 escolas do Brasil ainda possuíam salas multisseriadas, onde são ministradas aulas para alunos de diferentes idades e séries. Destas, 42.711 ficam na zona rural e 3.005 na zona urbana. <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/01/15>. Acesso em 16/01/2013.

que tem sido pouco presente no espaço acadêmico do GT de Sociologia da Educação da Anped.

2. Questões norteadoras e o contexto social da pesquisa.

Em publicação que aborda questões relacionadas à agricultura familiar², os autores observam que “não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura.” (SILVESTRO et al., 2001, p. 25). Essa constatação está apoiada em algumas características dessas unidades de produção, dentre elas, o fato de se tratar de um trabalho realizado essencialmente pelos membros da família e, ainda, a prática que atravessa gerações, da transmissão parental da atividade profissional e do patrimônio agrícola. Os filhos iniciam desde muito cedo as atividades domésticas e agrícolas e, gradativamente, vão se apropriando do conhecimento das técnicas produtivas e da gestão do estabelecimento. Mas essa socialização precoce no universo do trabalho e das responsabilidades não garante que eles darão continuidade à atividade paterna. Conforme os mesmos autores “se até o final dos anos 1960, a continuidade da profissão agrícola podia ainda revestir-se do caráter de uma obrigação moral, hoje esta pressão deixou de existir” (SILVESTRO et al., 2001, p.28).

Nas últimas décadas os movimentos migratórios do campo em direção à cidade são representados por uma população mais jovem do que no passado e, em maior grau, feminina (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998). Essa migração seletiva vem assumindo proporções importantes nas regiões de predomínio da agricultura familiar, do sul do país (STROPASOLAS, 2006, p.173). Os dados que apoiam este texto fazem parte de uma pesquisa que trata das relações entre transformações sociais no campo, escolaridade e destinos sociais dos filhos e das filhas de pequenos produtores rurais. Não tenho a pretensão de fazer uma análise das mudanças profundas verificadas na agricultura familiar, resultantes de processos sociais globais, das políticas de modernização capitalista da agricultura brasileira cujas repercussões na concentração da terra, da renda e no agravamento das condições de trabalho foram amplamente analisadas à luz da Sociologia Rural. Sem ignorar os condicionantes estruturais que estão na base dessas transformações e das desigualdades sociais e educacionais, o

² Não há um consenso na definição de agricultura familiar. Para este trabalho retomo Abramovay (apud STROPASOLAS, 2006, p.115) que “concebe a agricultura familiar como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

presente trabalho se volta particularmente para uma análise das condições sociais e demandas educacionais dos jovens e suas perspectivas entre migração e permanência no contexto da agricultura familiar. Parte igualmente da hipótese de que as mudanças sociais que vêm sendo processadas no meio rural, aliadas às políticas de expansão do ensino (básico e superior) e a maiores exigências profissionais em termos de certificação escolar, produzem novas configurações em relação à escolarização dos filhos de agricultores.

Conforme outra pesquisa (SILVESTRO et al., 2001, p.51), a migração dos jovens que deixam a agricultura para se instalar nas áreas urbanas não está necessariamente relacionada com a continuidade dos estudos; é baixo o nível educacional entre os filhos dos pequenos agricultores, o que reduz suas chances de inserção no mercado de trabalho urbano. O mesmo estudo assinala que há fortes indícios da permanência, na propriedade paterna, dos jovens pouco escolarizados; de que a migração é provocada menos por uma idealização da cidade do que pela falta de perspectivas no meio rural; de que as moças detêm um nível educacional superior ao dos rapazes e manifestam um desejo maior do que estes de deixar a atividade agrícola (SILVESTRO et al., 2001).

Estas são também as características encontradas nas famílias dos universitários entrevistados? Que regularidades e diferenças quanto à permanência na agricultura ou a migração em direção à cidade podem ser identificadas no grupo estudado? Os jovens que prosseguiram os estudos, além deste nível, são casos isolados nas famílias de origem? Que razões os mobilizam para prosseguir os estudos em nível superior? Os resultados que nortearam estes questionamentos estão apoiados em informações, quantitativas e qualitativas, oriundas: 1) da literatura consultada, que aborda temas relacionados às transformações no campo e os problemas sociais em relação à população jovem, como trabalho e escolarização; 2) de pesquisa de campo realizada com universitários, sobre questões referentes às ocupações profissionais, migração e ampliação do capital escolar.

Os principais instrumentos de coleta de dados, em pesquisa realizada no período 2011-2012, foram entrevistas e questionários aplicados a doze jovens, sendo cinco do sexo masculino e sete do sexo feminino, a grande maioria com idade entre 20 e 25 anos³, inscritos em cursos de diferentes áreas de graduação do ensino superior público e

³ Apenas duas entrevistadas têm idade superior a essa mesma faixa etária

privado. Todos são procedentes de áreas rurais do meio oeste e oeste do estado de Santa Catarina, regiões com forte tradição apoiada na agricultura familiar. Outra característica é a sua influência cultural proveniente da migração de descendentes europeus, sobretudo de italianos e alemães. A produção, nestas áreas, é diversificada: na agricultura, entre outros, milho e soja; na criação de animais, aves, suínos e gado de leite. A região do oeste do estado caracteriza-se por uma forte indústria agroalimentar e em cinco décadas, tornou-se o maior polo de produção de aves e suínos, do país (SILVESTRO et al., 2001, p.32). Por outro lado, as políticas de financiamento e o sistema de integração do produtor na agroindústria acentuaram dificuldades de manutenção da agricultura familiar, sobretudo devido ao endividamento do produtor e à sua maior dependência às exigências do capital.

É nesse contexto de incertezas para as futuras gerações que falam os informantes sobre seus horizontes de trabalho e de vida. Uma análise do conjunto das entrevistas permitiu observar regularidades nas questões estudadas, enquanto o estudo de situações singulares forneceu um olhar mais detalhado das configurações de cada família, segundo os problemas investigados.

3. Transformações sociais e o ensino superior nos projetos dos jovens

Com o parcelamento da propriedade rural, as práticas tradicionais de transmissão da terra para manter os filhos no mesmo ramo de atividade agrícola tornaram-se cada vez mais limitadas e vêm gerando “um problema típico dos países desenvolvidos, em particular das sociedades europeias: a crescente quantidade de unidades produtivas cujo destino está comprometido pela falta de sucessor” (SILVESTRO et al., 2001, p. 19). Conforme resultado de um estudo de 1999, com 15.293 estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina, no mínimo 12% são habitados por casais com mais de 41 anos de idade e sem o registro da presença permanente de jovens em seu interior. De acordo com essa mesma pesquisa, 69% dos rapazes e 32% das moças entrevistadas manifestaram o desejo de permanecer na agricultura, entretanto “a intenção de continuar a profissão paterna choca-se, [...] na maioria dos casos, contra a exiguidade do tamanho da unidade familiar” (SILVESTRO et al., 2001, p.21).

Os dados apresentados neste texto, obtidos em pesquisa fundamentalmente qualitativa com universitários originários da mesma região, reforçam esse fenômeno da

migração dos jovens, o que certamente terá implicações nos processos sucessórios. Fornecem igualmente informações sobre as transformações demográficas nas localidades rurais e seus impactos, como o envelhecimento da população e a redução do número de jovens nas localidades rurais. O depoimento desta estudante encontra corroboração nas declarações da maior parte dos entrevistados:

Na comunidade onde eu morava [...] muitas famílias saíram de lá, famílias inteiras assim, a comunidade tá se tornando cada vez mais pequena. Os mais velhos eles ficaram né mas os filhos foram saindo e daí não tinha com quem tocar essa propriedade, eles acabam vendendo e indo morar pra cidade [...] Os meus amigos do ensino médio, 90% tem o mesmo plano, saíram pra estudar e não pretendem assim voltar. [Estudante, 22 anos).

Mediante uma análise da estrutura das famílias segundo o número, o sexo e a idade dos seus membros, serão ressaltadas, a seguir, algumas características dos diferentes contextos estudados, as quais revelam: a situação escolar, os destinos prováveis dos filhos e o ensino superior nos seus projetos, conforme objetivo desta proposta de comunicação.

3.1. Migração dos rapazes e escolarização prolongada

Considerando as dez famílias dos entrevistados⁴, foi constatado o seguinte: em cinco delas, residiam somente os pais⁵ ou com um filho menor de idade; em uma, com a aposentadoria e migração dos pais, um dos filhos mantinha a unidade produtiva; nas demais, em número de quatro, foi registrada a presença de filhos adultos na residência, mas em duas destas, era uma situação temporária. Do total de 28 jovens destas dez famílias, apenas três moças e dois rapazes se ocupavam da agricultura de forma regular. Os dados apresentados sinalizam uma tendência, conforme a literatura consultada, de dificuldades na sucessão dos pais na propriedade rural. A descrição que segue é um caso típico desta característica. A família é composta pelos pais e por três filhos, sendo dois do sexo masculino. O pai, de 62 anos, cursou até a 3ª série, e a mãe, com 53 anos, até a 8ª série do ensino fundamental. Eles são pequenos produtores rurais que já tiveram sua produção integrada à agroindústria. A família, em razão dos

⁴ No grupo dos doze estudantes, dois são irmãos, totalizando dez famílias.

⁵ A faixa etária dos pais se situa entre 46 e 64 anos e das mães entre 41 e 58 anos

empréstimos bancários para aumentar os investimentos na propriedade, luta com dificuldades para assegurar a terra de trabalho. Durante a entrevista, o pai ⁶ foi categórico ao afirmar a descrença na sua atividade e seus esforços para que os filhos não sigam o mesmo destino. Os dois filhos entrevistados reforçam esse propósito e um deles faz o seguinte comentário:

Uma boa parte dos agricultores é inadimplente, fizeram financiamento e não conseguiram dar a volta, que é o caso dele [pai]. Ele que sempre foi um dos fundadores do partido de esquerda, do sindicato e sempre teve envolvido nos movimentos sociais, hoje não participa mais, ele cansou, já viu que não vale mais a pena. Tinha um manifesto das dívidas dos agricultores mas no final o que conseguiram foi um crédito de emergência [...] Essas políticas ele disse que não é a solução. (Estudante de Geografia, 24 anos).

Desde crianças os filhos estudaram e trabalharam na agricultura, situação que se estendeu até concluírem o ensino médio, quando mudaram para a cidade, em grande parte pela falta de perspectivas profissionais. Pais e filhos tem uma compreensão bastante crítica da realidade em que se encontra tanto a família quanto o entorno social. Eles entendem a degradação social que vivenciam não como um caso particular, mas como resultado das políticas econômicas que modificam, por todas as suas determinações, as condições de trabalho e de sobrevivência da agricultura familiar. No meio rural de procedência, na estimativa de um dos filhos “a maioria, 95% dos jovens já saíram”, permanecendo apenas “o casal de idosos e aquela propriedade com benfeitorias deterioradas devido à falta de perspectivas”. O jovem acrescentou:

No meu ponto de vista, um dos principais responsáveis pela deterioração das propriedades são as agroindústrias. Elas foram exigindo investimentos, investimentos, claro, pra melhorar a qualidade do produto final, mas teve muita gente que não teve condições e parou e teve muita gente que financiou e acabou ficando endividado, é o caso do meu pai. (Estudante de Geografia, 24 anos).

A migração dos filhos e o investimento na formação universitária não se encontram isolados das condições sociais da reprodução camponesa, do forte apelo social pela ampliação da educação formal e das novas exigências do mercado de trabalho urbano. Os dois irmãos são categóricos em afirmar que ampliar os estudos, para sua geração, não é uma questão meramente individual, mas sim uma exigência da

⁶ Nesta família os pais também foram entrevistados.

sociedade e mais, um apelo social e familiar. Ao falar do grupo de jovens do local de origem, um dos irmãos complementa:

Quase todo mundo entrando nessa que precisa estuda [...] Você tem que ter um curso superior para você ser alguém na sociedade, pra ter um emprego melhor, para conseguir as condições de vida um pouco melhor [...] Você tem que acompanhar a evolução e não pode ficar pra trás porque senão daqui a pouco vai ficar sendo excluído, vai ter que trabalhar como servente de pedreiro (Estudante, 20 anos)

Os jovens que deixam o campo o fazem para trabalhar ou trabalhar e estudar. Na situação acima descrita, os irmãos Raul e Douglas⁷ migraram, impulsionados também pelo desejo do pai de romper com a tradição familiar de reduzida escolaridade e da condição de agricultor como um destino para os filhos: “ele disse que ele não teve oportunidade, sempre teve que trabalhá desde criança, ele parou de estudar na 3ª série do primário, mas ele gostaria que pelo menos os filhos dele conseguisse o ensino superior. A mãe também sempre incentivou mas não tanto quanto o pai”. (Douglas, 20 anos).

Os irmãos tentam se firmar em uma profissão urbana. Na cidade, sobrevivem com poucos recursos financeiros, fruto do trabalho assalariado e, para se manter no ensino superior, fizeram concessões. A irmã mais velha tem 29 anos, cursava Agronomia em uma instituição privada, mas por questões financeiras, interrompeu e se inscreveu em curso a distância sobre gestão em cooperativa. Douglas tem 20 anos, concluiu o ensino médio com 17 anos, cursava Geografia em instituição pública mas interrompeu o curso pela incompatibilidade de conciliar estudo e trabalho. No momento da entrevista, trabalhava como recepcionista de hotel, porém, tinha planos de mudar de emprego e reafirmou a intenção de retomar seu curso em período noturno. Seu irmão Raul, de 24 anos, concluiu o ensino médio com 19 anos e até essa idade trabalhou na propriedade familiar. Passados alguns anos, prestou vestibular e se inscreveu no curso de Geografia – licenciatura, em universidade federal recentemente implantada na região. Ao sair de casa exerceu a profissão de motorista, mudando posteriormente para outra mais compatível com sua formação universitária. Sua renda era de dois salários mínimos. Para ele e para a maioria dos entrevistados, permanecer na universidade só é

⁷ Os nomes dados aos estudantes são fictícios.

possível na condição de trabalhador-estudante e com muito esforço pessoal, como observou: “é muita força de vontade, tem horas que dá vontade de desistir, daí um ajuda o outro, um da uma força pro outro, vamos em frente”. A possibilidade de retornar para as origens e para o trabalho no campo não está descartada para Douglas, embora com muita incerteza: “eu pretendo mas não sei até quando vou permanecer com essa ideia, mas eu pretendo ainda”. Já seu irmão tem uma posição mais categórica: “eu por enquanto não tenho intenção de voltar pra casa [...] É muito sofrido lá, é uma profissão que tem pouco retorno e muito trabalho”.

As razões que os motivam a investir nos estudos não são unilaterais e elas são tanto objetivas quanto simbólicas. O Ensino superior, na avaliação de Raul, é uma necessidade com que o jovem se vê confrontado para competir por uma vaga no mercado de trabalho urbano e não reproduzir, na cidade, a mesma condição do trabalho pesado e pouco valorizado que conheceu no campo. Mas frequentar o ensino superior representa também motivo de reconhecimento social e identificação ou como disse: “tem aquela questão do orgulho mesmo, que eu estou estudando, to crescendo como pessoa e eu me orgulho muito em falar que eu estudo na universidade federal”.

Situação semelhante, com presença permanente somente dos pais na propriedade, pode ser constatada em famílias com filhos de ambos os sexos, como na situação já citada, ou com fratria unicamente masculina ou feminina. Em alguns casos, permanecem os pais e um filho ainda em idade escolar, como neste exemplo: o casal tem dois filhos, o mais velho de 22 anos e o outro de 10 anos, estudante da 4ª série do ensino fundamental. André, o filho mais velho, frequenta a 10ª fase do curso de Agronomia em uma instituição privada. Seus pais são agricultores integrados à agroindústria na produção de suínos e gado de leite. Na sua avaliação, o grupo de colegas da escola e, principalmente, seu pai foram os que exerceram maior influências na sua opção pelo ensino superior. A transmissão parental sobre a importância dos estudos não é uma prática recente na sua família: “o meu avô pediu pro meu pai se ele queria estudar ou trabalhar, ele decidiu ficar em casa trabalhando. Hoje ele me diz que se arrependeu”. O pai, de 50 anos, cursou até a 4ª série, e a mãe, de 45 anos, completou a 8ª série e estava inscrita no ensino médio, na condição de aluna da EJA.

Enquanto seu pai optou pela sucessão na propriedade, André preferiu seguir a orientação que recebeu: “o meu pai sempre quis que eu fosse fazer faculdade [...] Ele sempre falou que um cara sem estudo não tem futuro nenhum, entende!”. Como o pai, André também trabalhou na agricultura desde criança, mas ele, assim como os jovens da

sua geração, contaram com outras influências proporcionadas pela expansão do ensino e pela maior flexibilização das fronteiras entre o rural e o urbano⁸. Embora o curso de André esteja diretamente relacionado com a atividade rural, ele não manifesta, como na situação anterior, o desejo de seguir a profissão paterna, pois julga que esta demanda muito esforço físico, grande dedicação e recebe pouca valorização na sociedade. Além de uma profissão, do mesmo modo que outros entrevistados, ele almeja uma ocupação que proporcione direito a férias, maior tempo livre, como qualquer trabalhador assalariado, e autonomia conquistada com sua própria renda. Ele assim se expressa:

Você quer ser mais livre, ter férias, ter 13º terceiro [...] o homem do campo não é valorizado [...] Quando você tem produção, não consegue vender o teu produto por um preço que talvez nem cubra o teu custo de produção. Você fica no prejuízo. É muita oscilação. Teria que ter um incentivo maior (Estudante de Agronomia, 22 anos)

As duas situações até aqui relatadas revelam que as condições econômicas e de trabalho não são homogêneas no grupo, mas há uma tendência muito próxima quando os entrevistados avaliam o futuro da agricultura familiar e as possibilidades para os jovens neste ramo de atividade. Ao detalhar as condições econômicas e de infraestrutura, André deixou claro que ele teria condições de exercer sua profissão como agrônomo na propriedade familiar, mas esta é uma hipótese adiada e não se trata de uma decisão e de um desejo exclusivamente dele. Seu comentário comprova isto: “eu queria voltar pra casa, mas com o meu pai a gente conversou e ele me estimulou a não voltar, ele vê que tem maior facilidade aqui fora”. A posição manifestada não é resultado de escassez de terra ou da falta de condições materiais para se manter na agricultura, mas de um desejo de mudança, ainda que no seu discurso seja possível perceber hesitações entre voltar para o local de origem ou permanecer na cidade.

Como nesta última situação há um contingente maior de jovens, filhos de agricultores com relativa estabilidade que deixam o campo pelo trabalho assalariado, como constatou Renk (1999, p.43) em estudo na mesma região. A migração entre os jovens, segundo a mesma autora, “pode ser avaliada como negação do projeto camponês”, diferentemente de uma tradição histórica de movimentos migratórios cuja mobilidade era “constitutiva da reprodução camponesa”.

⁸ Se essas fronteiras ainda persistem, observa Carneiro (2005, p.251), elas se tornaram mais tênues com a migração, expondo a juventude a novas experiências, valores e aspirações típicas da juventude de classe média urbana.

Nos argumentos dos jovens entrevistados sobre os temas da migração, trabalho e estudo, associam-se vários elementos, mas principalmente as difíceis condições econômicas e de trabalho que inviabilizam a permanência daqueles que gostariam de continuar a profissão dos pais. Não se trata, no entanto, de uma percepção de mão única: o campo que exclui é ao mesmo tempo idealizado por ser aquele que oferece “melhor qualidade de vida, com menos poluição, alimentação mais saudável”, mas é também um ambiente de adversidades, do trabalho “judiado, pesado, sem férias e de baixo rendimento”. Os jovens se vêem confrontados entre estas situações ambivalentes de melhor qualidade de vida no campo e a avaliação de um horizonte de poucas perspectivas futuras.

3.2. Em busca de novos horizontes: as perspectivas das filhas de agricultores

A literatura consultada que aborda as transformações sociais no campo vem sinalizando uma tendência de migração rural-urbana mais acentuada entre as moças do que entre os rapazes, enquanto os últimos manifestam um interesse maior do que elas em permanecer na agricultura. Conforme já sinalizado na produção sociológica, essa migração seletiva dos jovens tem como consequência dois fenômenos relacionados: a permanência de uma população mais idosa no campo e o celibato masculino (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; SILVESTRO, 2001).

Nas famílias das jovens entrevistadas, um total de onze moças são estudantes do ensino superior e uma já o concluiu, quatro estão cursando o ensino médio ou já o concluíram e uma tem um certificado de ensino fundamental. Desse total de 17 jovens, apenas três permanecem no meio rural, sendo que duas destas contraíram matrimônio com agricultores. Os dados aqui registrados, juntamente com o material das entrevistas, são bastante reveladores da recusa feminina em reproduzir a condição da trabalhadora rural.

Nesta parte do texto serão descritas duas situações que mostram o que mobiliza as jovens nessa busca por novos horizontes e pelo ensino superior. Na primeira, o casal tem quatro filhas, e todas exercem ocupações não agrícolas, ficando os pais com a gestão da propriedade; ele tem 55 anos e concluiu a 8ª série, a mãe tem 47 anos e cursou até a 4ª série do ensino fundamental. A filha mais velha tem 26 anos, concluiu o ensino médio, é casada e trabalha no comércio. A segunda tem 24 anos, é formada em Educação Física e trabalha neste ramo de formação. A mais nova tem 20 anos, é

estudante de Engenharia Civil e tem atividade remunerada, como estagiária. Marilene, estudante entrevistada, tem 22 anos, é solteira, cursa a 8ª fase do curso de Biologia e é funcionária da mesma instituição onde estuda.

Estudo e trabalho nas tarefas agrícolas e domésticas estiveram presentes na vida desta jovem, desde sua infância (“eu comecei trabalhar na roça quando tinha 6 anos de idade”), mas após o ensino médio, concluído com 17 anos, seguiu seu projeto de formação universitária, sempre na condição de trabalhadora-estudante. A ocupação inicial foi como estagiária em uma escola, mas a renda era insuficiente para se manter e pagar os estudos, razão pela qual foi trabalhar, em tempo integral, em um frigorífico. Posteriormente, começou a ter problemas de saúde e, como afirmou, “os meus estudos já foram caindo, eu não conseguia estudar direito, a canseira foi pegando”. A última ocupação era mais compatível com sua condição de estudante e área de formação, o que a fazia pensar em prosseguir os estudos após concluir a graduação.

O acesso ao ensino superior é uma condição recente na família ampliada: dos seus primos, do lado paterno, “nenhum saiu pra estudar, querem trabalhar na roça, os homens puxam pra isso. As meninas não, as meninas não querem mais carpir, ir no sol”. Ela continua o relato falando das insatisfações das jovens que habitam no campo e de seu desejo pessoal de ser financeiramente independentes dos pais e viver em local menos isolado, podendo usufruir de lazer e novos contatos. Segundo essa estudante de Biologia: “não tem o que fazer no campo. Quem está no meio rural é de idade, jovens não ficam mais”.

Em quatro famílias, alguns filhos partiram em busca de novas possibilidades profissionais enquanto outros permaneceram na agricultura. Esta situação diferenciada nos destinos dos jovens retrata, como na descrição anterior, a condição feminina e sua mobilização, conforme mostra a situação que segue. O pai tem 64 anos e a mãe 58, ambos estudaram as primeiras séries do ensino fundamental. São agricultores aposentados e há quatro anos mudaram de residência para uma pequena cidade, nas proximidades. Eles têm quatro filhos. A filha mais velha, 39 anos, 8ª série, casou com filho de agricultor e foi residir com a família do marido. Ela se inscreveu em curso a distância, mas interrompeu os estudos. O segundo, de 33 anos, cursou o ensino médio supletivo, contraiu matrimônio com filha de agricultor e do mesmo modo que a irmã mudou-se para a propriedade do sogro, pois segundo relatou Lúcia, sua irmã entrevistada: “ele [sogro] tinha bastante terra e na família da esposa não há filhos homens”. O terceiro filho, 26 anos, ensino médio completo, sucedeu os pais na

propriedade familiar. Seu projeto era ingressar no Exército, mas em razão de um acidente sofrido pelo pai, relata a irmã entrevistada, “meio que contra a vontade dele, teve que cuidar da propriedade só que aí ele foi fazendo isso e ele acabou gostando”.

Lúcia, a jovem que concedeu a entrevista, tem 20 anos, é solteira, cursa a 10ª fase do curso de Psicologia. É o único caso, entre os entrevistados, que pode contar com a ajuda financeira da família em condição suficiente para se sustentar e estudar na cidade. Assim como outras jovens entrevistadas, Lúcia optou pelo ensino superior e sua decisão está relacionada a um projeto profissional e a não reprodução da condição da mulher no campo. A jovem fala sobre sua decisão: “se ela [mulher] fica na propriedade geralmente ela vai ser dona de casa e cuidar dos filhos [...] ela não tem muito reconhecimento no interior como o homem”. Com essa percepção sobre a posição desigual da mulher na gestão da propriedade, aliada às oportunidades proporcionadas pelo ensino médio (informações, amizades), entre outras influências do universo rural e urbano, Lúcia foi se dando conta “que existe um mundo além daquele onde vive né, que aí começa a despertar essa vontade de sair, trabalhar, ter o próprio dinheiro né, e poder estudar [...] Eu quero ter a minha independência, eu vou batalhar pra estudar”. A decisão pela continuidade dos estudos e mudança da casa dos pais foi preparada e ela contou com o apoio familiar:

O meu pai e a minha mãe sempre me apoiaram muito, até quando eu falei que eu queria fazer ensino superior, o meu pai falou ‘tu pesquise bem o que tu quer, vai na internet, olha, pesquisa, pra depois tu não se arrepender’. Ele sabe que a graduação é um gasto muito grande de alguns anos, então tipo cinco anos antes de eu me formar no ensino médio ele já vinha guardando um dinheiro porque ele sabia que ia ter um gasto comigo né. Eles sempre falam ‘a gente não teve essa oportunidade de estudar, mas eu quero que os meus filhos tenham’ (Estudante de Psicologia, 20 anos).

O investimento financeiro nos estudos dos filhos representa uma herança, material e simbólica. Como relatou esta estudante, ao finalizar o ensino superior, os irmãos vão receber parte da herança em dinheiro “e aí eu depende, ele [pai] vai vê o quanto que eu gastei e pode ser que eu ganhe uma parte também”. Seus depoimentos sobre as estratégias familiares na divisão da herança e das responsabilidades na propriedade, revelam a permanência de práticas fundadas nas diferenças hierárquicas de

gênero e autoridade, conforme demonstraram também outras pesquisas⁹, embora alguns estudos já sinalizem mudanças nesses padrões culturais (STROPASOLAS, 2006; SILVESTRO, et al., 2001)..

4. Para uma breve síntese

Ao relacionar dados das entrevistas com os universitários com a literatura consultada, a análise permitiu identificar, justamente pelos efeitos de fatores globais das políticas agrícolas e das transformações sociais no mundo rural, aproximações nos resultados sobre as perspectivas dos jovens no contexto da agricultura familiar. O propósito do trabalho não foi de generalizar as situações identificadas, mas mostrar uma forte tendência, que vem se desenhando no país, relacionada à condição social da juventude no meio rural. A pesquisa indicou questões atuais e pertinentes para o campo da Sociologia da Educação no Brasil, sobretudo considerando as lacunas na sua produção sobre a escolarização e sua relação com os destinos dos filhos e das filhas de agricultores.

Levando em consideração o nível escolar dos universitários e dos seus irmãos, foi possível verificar que não se trata de uma escolha deliberada de um dos filhos prosseguir os estudos e os demais permanecer na agricultura, conforme prática comum no passado. Do total de irmãos dos entrevistados em idade equivalente ao ensino médio ou mais, apenas dois não prosseguiram os estudos além do ensino fundamental e um não completou esse nível. Os demais frequentam ou já obtiveram certificado de nível médio (oito casos) ou são estudantes do ensino superior (5 casos). Embora a pesquisa tenha se voltado para um grupo de pessoas que tem grau de escolaridade superior à média da população do meio rural (INEP, 2007), a realidade encontrada sinaliza mudanças nas demandas e nas práticas de escolarização, tanto dos pais quanto dos filhos, e mobilização na escolarização dos filhos, independentemente do sexo e da posição destes na fratria. A ampliação do capital escolar representa uma necessidade para responder às transformações no mundo do trabalho e aumentar as possibilidades de inserção social dos jovens em ocupações urbanas, mas representa, igualmente, a necessidade de superação histórica do reduzido nível escolar da população rural e da pecha de “colono”, com todos os pejorativos que lhe são associados.

⁹ Entre outros autores, Stropasolas (2006) e Brumer; Pandolfo; Coradini (2008).

Todos os universitários entrevistados são originários de escolas públicas e filhos de pais agricultores, pouco escolarizados¹⁰. Limitados pela oferta escolar nos locais de origem, a grande maioria desses jovens cursou os anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e o ensino médio na cidade, contando com transporte escolar subsidiado pelo poder público. Esta política de subvenção do transporte escolar à população rural não é isenta de controvérsias. Conforme a seguinte citação:

[...] a oferta do transporte escolar tem sido objeto de um debate intenso, pois, enquanto os movimentos sociais e uma série de políticas governamentais buscam fixar o trabalhador rural no campo e assegurar a posse da terra para aqueles que a desejem cultivar, o transporte escolar atua em sentido inverso, levando o filho deste trabalhador para os núcleos urbanos (INEP, 2007, p. 37).

Os depoimentos dos jovens entrevistados que migraram para a cidade com o objetivo de ampliar seu grau de formação escolar mostram que fixar o jovem no campo é uma tarefa mais complexa e que depende de políticas não apenas educacionais. A transferência para um estabelecimento de ensino com outro público e contexto cultural, produz novas experiências sociais, podendo ampliar o campo de interesse para outros horizontes de possibilidades, como também foi relatado nas entrevistas, porém não parece ser o fator determinante da migração. Assim, para apreender a problemática do êxodo dos jovens na atualidade é preciso considerar aspectos micro e macrossociais da realidade e uma análise que leve em conta as transformações sociais no campo e sua relação com a sociedade mais ampla.

As percepções dos universitários sobre a migração da juventude do campo para a cidade estão apoiadas na reduzida extensão de terra para os filhos que desejam permanecer na agricultura, no baixo rendimento financeiro que dificulta a modernização da propriedade e, de forma muito enfática, nas condições adversas do trabalho. Se estas condições estão na base das suas insatisfações e colocam em cheque a própria crença do agricultor no futuro da profissão, elas não explicam isoladamente o êxodo dos jovens. Outras dimensões sociais e culturais, como as práticas familiares da divisão do trabalho e da renda entre seus membros, as relações desiguais de gênero na distribuição da herança e ainda as restritas possibilidades de lazer não estão ausentes e ocupam até mesmo um lugar importante nas avaliações dos jovens sobre a vida no campo e o que

¹⁰ Das 10 famílias de origem dos entrevistados, somente um pai e duas mães completaram o ensino fundamental e um pai o ensino médio. Os demais têm até quatro anos de escolaridade.

projetam para o seu futuro. Embora a análise tenha abrangido um universo reduzido de jovens, os resultados são indicadores importantes do êxodo do campo e do sentido da educação para as novas gerações, conforme também as referências indicadas neste texto.

Referências bibliográficas

BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. Anais do VIII Seminário Fazendo Gênero Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. 25 a 28 de agosto de 2008.

CARNEIRO, M.J. Juventude rural: projetos e valores. In ABRAMO, H. W. et al. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 1. ed. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

GAUTHIER, P.L; LUGINBÜHL, O. L'Education en milieu rural: perceptions et réalités. **Revue internationale d'Éducation de Sèvres**, n.59, p. 35-42, avril 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, 44p.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

RENK, A. Migrações: de ontem e de hoje. Chapecó: Grifos, 1999.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A. de; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T.. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001, 122 p.

SZMRECSANYI, T.; QUEDA, , O. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In SZMRECSANYI, T.; QUEDA, , O. (org.) Vida rural e mudança social. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979, p.216-233.